

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 82/2015

Regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 5.450/2005 e 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Objeto

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

Data: **23/07/2015**

Horário: **14h** (horário de Brasília)

A participação neste pregão eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública.

Endereço Eletrônico

WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR

Pregoeiro e Equipe de Apoio

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202.
Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.
Telefone: (61) 3217-3184
Fax: (61) 3217-3128 e 3217-3185
e-mail: cpl@stf.jus.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2015

PREÂMBULO

O Supremo Tribunal Federal - STF torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 82/2015, do tipo menor preço, para adquirir o objeto abaixo descrito. A sessão pública será realizada em **23/07/2015**, às **14h** (horário de Brasília), no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. Esta licitação, autorizada no Processo nº 354.258, fl....., será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 5.450/2005 e 6.204/2007, pelas condições constantes neste Edital e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de veículos, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que:

a) atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico;

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação;

c) fabricantes e concessionárias automobilísticas.

2.3. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.4.1. Para microempresas ou empresas de pequeno porte, aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 6.204/2007, sendo necessária a

posterior regularização fiscal, nas condições estabelecidas no item 10.5, caso venha a formular lance vencedor.

2.5. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.6. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.7. Não poderão participar desta licitação:

a) pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) empresas punidas com suspensão temporária para licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal, nos termos do art. 87, III, da Lei 8.666/1993, ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei 10.520/2002.

2.8. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

c) ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor da CPL do STF.

2.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, observadas as condições definidas nesta Seção.

4.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico, **o valor unitário e total do item cotado**, já inclusos os tributos, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento do objeto.

4.3. A proposta de preços deverá ser formulada de acordo com os Anexos do Edital, e as especificações detalhadas do objeto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.4. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

4.5. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

4.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

5.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;

c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.

7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5. Nesta fase, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.6. A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente.

7.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, e, após transcorrido período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, encerrará automaticamente a recepção de lances.

7.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.10. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista no item 8.1;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma do item 8.1, “a” para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação do item 8.1, “b”, ou não ocorrendo a regularização fiscal na situação do item 10.5, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do item 8.1, “a”, para o exercício do mesmo direito.

8.2. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista no item 8.1 e suas alíneas, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente

classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, para o e-mail cpl@stf.jus.br ou fax (61) 3217-3128 e 3217-3185, proposta de preços **ajustada ao menor lance**, elaborada de acordo com a Seção IV, e Anexos I e II do Edital, bem como os documentos de habilitação constantes da Seção X, **no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação no sistema eletrônico**, prazo este que poderá ser prorrogado por igual período, a critério do pregoeiro.

9.2. A licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto, evitando a simples cópia do teor das especificações constantes do Termo de Referência do Edital.

9.3. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do Edital e condições estabelecidas na Seção IV, e dela deverão constar:

a) identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) descrição clara do objeto cotado, com indicação de quantidade, marca e modelo, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital – Termo de Referência;

c) indicação única de preço para o item cotado, com exibição do valor unitário apenas em algarismos e do valor total da proposta em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final respectivo;

d) prazo para entrega do objeto de até 130 (cento e trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;

e) termo de garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo, conforme modelo constante do Anexo II do Edital;

f) declaração de elaboração independente de proposta, conforme o modelo constante do Anexo II do Edital.

9.4. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, sem prejuízo da eventual possibilidade de prorrogação do prazo de validade.

9.5. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

9.6. O preço proposto no lance final será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

9.7. O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao menor lance quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

9.8. Será recusada a proposta de preço que apresentar valor unitário para o item cotado superior ao estabelecido no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

9.9. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.10. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

9.11. Se a proposta não for aceitável, se a licitante deixar de enviá-la ou não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração daquela que atenda aos requisitos deste Edital.

9.12. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro irá avaliar as condições de habilitação da licitante.

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, onde serão avaliados os seguintes documentos:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

c) número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;

e) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

f) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

10.2. Para fins de habilitação deverão ser apresentados ainda:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

c) declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/1999), conforme o modelo do Anexo II do Edital;

d) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme o modelo do Anexo II do Edital.

10.3. Caso nos registros cadastrais conste algum documento vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, conforme estipulado no item 9.1, sob pena de inabilitação.

10.3.1. No curso do procedimento, em especial por ocasião do ato de julgamento da habilitação, caso conste algum documento referente à regularidade fiscal vencido, será realizada nova consulta ao SICAF ou ao site pertinente, para atualização dos prazos de validade.

10.3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4. Na fase de habilitação, será realizada consulta ao sítio www.tst.jus.br/certidao para validação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Caso haja mais de um documento válido, isto é, dentro do prazo de cento e oitenta dias, prevalecerá a certidão mais recente sobre a mais antiga.

10.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.1 A prorrogação do prazo previsto no item 10.5 será sempre concedida pela Administração quando requerida pela licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

10.5.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.5, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

10.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

10.7. A documentação deverá ser apresentada em original ou em cópia autenticada por cartório, por pregoeiro ou por servidor da CPL do STF.

10.8. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor preço** e atender às exigências fixadas neste Edital.

SEÇÃO XI – DO ENCAMINHAMENTO DOS ORIGINAIS DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A licitante vencedora deverá encaminhar os originais dos documentos necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa, conforme Seções IX e X do Edital, **no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro**, à Comissão Permanente de Licitação, situada no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.175-900.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso.

12.2.1 Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante. (Acórdão TCU nº 339/2010 – Plenário).

12.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

A adjudicação do objeto à licitante vencedora ficará sujeita à homologação do Diretor-Geral da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, depois de decisão final dos recursos.

SEÇÃO XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

A adjudicatária ficará obrigada a:

a) aceitar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação;

b) fornecer o objeto adjudicado, observadas as condições estipuladas neste Edital, no Termo de Referência, na proposta e na nota de empenho.

SEÇÃO XV – DAS SANÇÕES

15.1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

a) não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

e) não manter a proposta;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.2. A adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,15% ao dia sobre o valor total adjudicado, no caso de atraso injustificado para entrega do objeto, limitada a incidência a 65 (sessenta e cinco) dias;

b.2) 12% sobre o valor total adjudicado, no caso de atraso injustificado por período superior ao previsto na alínea “b.1”. A partir do 61º (sexagésimo primeiro) dia de atraso, a nota de empenho poderá ser anulada e poderá ser considerado inexecução total;

b.3) 1,5% ao dia sobre o valor do bem, no caso de atraso injustificado para substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação durante o período da garantia, limitada a incidência a 5 (cinco) dias úteis;

b.4) 10% sobre o valor do bem, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.3”. A partir do 5º (quinto) dia útil de atraso, poderá ser configurada a multa definida na alínea “b.5”;

b.5) 40% sobre o valor do bem, no caso de deixar de substituir ou reparar o objeto que apresentar defeitos de fabricação durante o período da garantia;

b.6) 15% sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, podendo ensejar rescisão contratual;

b.7) 35% sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ensejando rescisão contratual;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei 10.520/02;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei 8.666/93.

15.3. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo STF à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

15.4. As sanções previstas no item 15.1 e nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 15.2 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

SEÇÃO XVI – DO RECEBIMENTO

16.1. O objeto desta licitação será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega do objeto, pela Secretaria de Segurança do STF, por comissão designada pelo STF, para posterior conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento;

b) definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, pela Secretaria de Segurança do STF, por meio de comissão designada pelo STF, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação ao Edital, à proposta e à nota de empenho e verificado o pleno funcionamento do objeto.

16.2. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica a adjudicatária obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o STF.

16.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da adjudicatária.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a adjudicatária, devendo apresentar ainda:

a) Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS;

b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

e) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

17.2. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do registrado na Nota de Empenho.

17.3. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no item 17.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

17.4. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

SEÇÃO XVIII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos consignados ao STF no Orçamento Geral da União de 2015, Programa de Trabalho: 02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal, Natureza da Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

SEÇÃO XIX – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a adjudicatária, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

SEÇÃO XX – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico cpl@stf.jus.br.
- 20.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 20.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 20.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura, exclusivamente no endereço eletrônico cpl@stf.jus.br.

SEÇÃO XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. O Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.175-900, nos dias úteis, das 13h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.stf.jus.br.
- 21.2. Qualquer divergência entre a especificação do objeto constante do sistema Comprasnet e a descrição do edital, prevalecerá a constante do edital.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Supremo Tribunal Federal

Secretaria de Administração e Finanças

Proc. nº 354.258

Fl. nº _____

Serv.: _____

21.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

21.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

21.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei nº 8.666/1993, o presente Edital e a proposta da adjudicatária serão partes integrantes da nota de empenho.

21.7. A nota de empenho poderá ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse da Administração.

21.8. O pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

21.9. O pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

21.10. Toda comunicação oficial ocorrerá por fax, *e-mail*, por meio do sistema comprasgovernamentais ou por publicação, nos termos da legislação.

Brasília, de de 2015.

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Secretário de Administração e Finanças
Portaria GDG nº 245/2011

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2015

ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de veículos de representação, modelo Azera/Hyundai, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, observado o quadro abaixo:

ITEM	UN	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
1	Un	4	<p>1. CONFIGURAÇÃO</p> <p>a) tipo: sedã grande, 3 (três) volumes (cofre do motor, habitáculo e porta-malas individual);</p> <p>b) marca Hyundai – Modelo AZERA 3.0L DOHC;</p> <p>c) veículo novo, conforme Lei 6.729/79 e Deliberação nº 64/2008 CONTRAN;</p> <p>d) capacidade de 5 (cinco) passageiros, incluído o motorista; 4 (quatro) portas laterais;</p> <p>e) ano de fabricação igual ou posterior ao ano da assinatura do contrato;</p> <p>f) modelo: mais recente disponível quando da assinatura do contrato;</p> <p>g) cor: preta (metálico ou perolizado).</p> <p>2. MOTOR</p> <p>a) potência: igual ou superior a 250 CV a 6.400 rpm – ABNT;</p> <p>b) 6 (seis) cilindros;</p> <p>c) combustível: gasolina ou flex (gasolina/etanol).</p> <p>3. FREIOS</p> <p>a) dianteiro e traseiro: ABS a disco.</p> <p>4. DIREÇÃO</p> <p>a) hidráulica, elétrica ou híbrida;</p> <p>b) coluna de direção regulável.</p> <p>5. DIMENSÕES</p> <p>a) altura: mínimo de 1.425 mm;</p> <p>b) comprimento: mínimo de 4.800 mm;</p> <p>c) entre-eixos: mínimo de 2.710 mm.</p> <p>6. EQUIPAMENTOS</p> <p>a) acionamento elétrico nas portas dianteiras,</p>	145.609,60	582.438,40

			<p>traseiras e retrovisores externos;</p> <p>b) desembaçador de vidro traseiro;</p> <p>c) jogo de tapetes;</p> <p>d) bancos em couro, na cor preta ou cinza, com regulagem eletrônica de altura nos bancos dianteiros;</p> <p>e) ar condicionado, com controle eletrônico de temperatura e visor digital;</p> <p>f) rodas de liga leve (incluindo a sobressalente);</p> <p>g) película automotiva nos vidros laterais e traseiros com grau de transparência mínima permitida em Lei;</p> <p>h) central multimídia integrada ao painel, <i>touch screen</i>; navegador GPS; suporte bluetooth c/ viva voz para telefone celular; porta USB; idioma: português.</p> <p>7. CÂMBIO</p> <p>a) automático, com mínimo de 6 velocidades.</p> <p>8. SEGURANÇA</p> <p>a) barra de proteção contra impactos laterais no interior das portas;</p> <p>b) bolsa de proteção contra impactos ("airbags"): frontal duplo na parte dianteira; lateral ou/e cortina na parte dianteira e traseira;</p> <p>c) cintos de segurança: dianteiros: de 3 (três) pontos retráteis com regulagem de altura; traseiros: 2 (dois) laterais retráteis de 3 (três) pontos e um central sub-abdominal/3 (três) pontos;</p> <p>d) sistema antiblocante com ABS, EBD (distribuição eletrônica de frenagem) e BAS (sistema de frenagem assistida);</p> <p>e) alarme antifurto com sistema de travamento das portas e fechamento dos vidros, com controle remoto;</p> <p>f) luz auxiliar de freios;</p> <p>g) farol de neblina;</p> <p>h) sensor de estacionamento;</p> <p>i) câmera de ré.</p> <p>9. GARANTIA</p> <p>a) 5 (cinco) anos.</p> <p>10. SINALIZAÇÃO LUMINOSA E SONORA</p> <p>10.1. Sinalização luminosa de advertência composto por 1 par dianteiro e um par traseiro:</p> <p>a) sinalizador linear em leds, montado em perfil de alumínio de alta resistência mecânica com 4 ventosas;</p>		
--	--	--	--	--	--

			<p>b) dianteiros com 8 led's vermelhos, categoria alto brilho de altíssima intensidade, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, dotado de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo diretiva, totalizando 16 led's;</p> <p>c) traseiros com 8 led's vermelhos, categoria alto brilho de altíssima intensidade, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, dotado de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, sendo diretiva, totalizando 16 led's;</p> <p>d) sistema de controle central único, comandado por micro controlador digital, capaz de gerar sequências de lampejos luminosos de alta frequência;</p> <p>e) gerenciamento da corrente elétrica dos leds através de modulação pwm;</p> <p>f) sistema único de controle com funcionamento independente do sinalizador visual sirene;</p> <p>g) qualidade 100% digital;</p> <p>h) consumo zero em stand by.</p> <p>10.2. Sinalização luminosa estroboscópica:</p> <p>a) sinalizador luminoso com lâmpadas estroboscópicas;</p> <p>b) 2 sequências de lampejos luminosos de altíssima frequência com ciclos não inferiores a 90 FPM;</p> <p>c) 4 lâmpadas de xênon de 50W;</p> <p>d) qualidade 100% digital;</p> <p>e) consumo zero em <i>stand by</i>.</p> <p>10.3. Sinalização sonora:</p> <p>a) sirene automotiva digital, potência de 100w, com amplificador para controle, tensão de 12V, com no mínimo 4 tipos de toques distintos, e alcance de 3.000 metros, com sistema de megafone e corneta gerando pressão sonora não inferior à 120 db à 01 (um) metro de distância.</p>		
--	--	--	--	--	--

2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 2.1. O prazo de entrega do objeto é de até 130 (cento e trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho.
- 2.2. O objeto deverá ser entregue de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h na Seção de Transportes da Secretaria de Segurança do Supremo Tribunal Federal, localizada na garagem do Edifício Anexo II-A, 1º subsolo, situada na Praça dos Três Poderes, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, CEP 70.175-900, Fone: (61) 3217-3211 ou 3217-3212.

3. GARANTIA

- 3.1. O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação, deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, sem limite de quilometragem, contados da data do recebimento definitivo.
- 3.2. A garantia ofertada deverá ser da fábrica, o que deverá ser preservada mesmo após o processo de instalação da sinalização luminosa e sonora.
- 3.3. Durante o prazo de vigência da garantia, o veículo que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para o Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.
- 3.4. A assistência técnica deverá ser realizada no Distrito Federal.
- 3.5. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.
- 3.6. O veículo que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

4. SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Os serviços de instalação da sinalização luminosa e sonora descritos neste Termo de Referência poderão ser subcontratados desde que a empresa subcontratada seja autorizada pelo fabricante e a garantia de fábrica seja preservada.

5. CONDIÇÕES DA ENTREGA

- 5.1. Os veículos deverão ser entregues ao STF com as taxas de emplacamento, licenciamento e Seguro Obrigatório – DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV), e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto (Preço CIF).
- 5.2. Os veículos deverão ser entregues devidamente abastecidos com o combustível, no mínimo, na marca de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do tanque, para que se possa realizar testes preliminares para o recebimento dos veículos bem como permitir deslocamentos até o posto para o primeiro abastecimento sem ocorrer qualquer tipo de pane por falta de combustível.

6. OBRIGAÇÕES DO STF

- 6.1. Encaminhar o veículo, cuja garantia estiver vigente, para manutenção preventiva e corretiva somente a empresas concessionárias do fabricante.
- 6.2. Sustar o recebimento do veículo caso este não esteja de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, até que sejam solucionadas as questões pendentes.

7. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

- 7.1. Responder pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do veículo, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do Supremo Tribunal Federal.

- 7.2. Comunicar ao STF qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 7.3. Providenciar às suas despesas a transferência do veículo para o nome do Supremo Tribunal Federal, devendo os veículos serem entregues com toda a documentação regularizada e devidamente emplacados.
- 7.4. Os itens opcionais ofertados deverão ser originais de fábrica, não sendo permitidas adaptações que visem a adequar os veículos às condições solicitadas.
- 7.5. Fornecer, sem ônus para o STF e preferencialmente por meio de sistema eletrônico, no momento da entrega do veículo, a tabela de preços de peças, suprimentos e acessórios, a tabela padrão de tempo de serviço (horas-homem/trabalhada), bem como o manual de reparação/manutenção emitidos pelas montadoras. Caso haja nova solicitação durante o período da garantia, ou caso haja qualquer atualização dos dados contidos nos referidos documentos, a contratada deverá fornecer os documentos referidos neste item no prazo de até 10 (dez) dias.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O objeto da presente licitação, incluindo as condições da garantia, será acompanhado e fiscalizado por servidor devidamente autorizado para tal, representando o STF.
- 8.2. O representante anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2015

ANEXO II DO EDITAL – MODELOS

A) PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 82/2015

ITEM	UN	QTDE.	DESCRIÇÃO DETALHADA	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					(numerais)	(numerais e por extenso)

B) DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Pregão Eletrônico nº 82/2015

A empresa....., CNPJ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG e CPF, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

.....
Assinatura do representante legal

C) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

Pregão Eletrônico nº 82/2015

A empresa_____, CNPJ_____, sediada em _____, declara, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

.....
Assinatura do representante legal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2015

ANEXO II DO EDITAL – MODELOS (CONTINUAÇÃO)

D) TERMO DE GARANTIA

Pregão Eletrônico nº 82/2015

A empresa _____, CNPJ _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ RG _____
e CPF _____, compromete-se a prestar garantia, nos seguintes termos:

- I. O objeto terá prazo de garantia de (.....) meses, a contar do recebimento definitivo.
- II. A garantia ofertada deverá ser da fábrica, o que deverá ser preservada mesmo após o processo de instalação da sinalização luminosa e sonora.
- III. Durante o período de garantia, a adjudicatária, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a reparar, sem ônus para o STF, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.
- IV. A assistência técnica deverá ser realizada no Distrito Federal.
- V. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.
- VI. O veículo que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.
- VII. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação.

(data)

(assinatura do representante legal)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2015

ANEXO II DO EDITAL – MODELOS (CONTINUAÇÃO)

E) DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) doravante denominada “Licitante”, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 82/2015, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 82/2015, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 82/2015, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 82/2015 quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 82/2015 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Supremo Tribunal Federal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)